

**CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA NO ÂMBITO DE PROCEDIMENTO
DE AJUSTE DIRETO PARA A AQUISIÇÃO SINALIZAÇÃO VERTICAL DE
TRÂNSITO**

Processo n.º 2021/300.10.005/1006

Ao abrigo do art.º 113.º e em cumprimento do disposto no art.º 115.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua atual redação, vem o Município de Sines convidar essa empresa a apresentar proposta no âmbito do ajuste direto adotado para a celebração do contrato em epígrafe e nos termos do documento anexo ao presente convite - Caderno de Encargos, onde são indicadas as especificações e outros elementos que nos termos legais, terão que ser observados neste procedimento.

I – Entidade adjudicante

A entidade adjudicante, conforme alínea c) n.º 1 do art.º 2.º do CCP, é o Município de Sines, NIPC 502 563 010, sita no Largo Ramos da Costa, 7520-159 Sines, com o telefone nº +351 269 630 600, o fax nº +351 630 672, e endereço eletrónico geral@mun-sines.pt.

II – Órgão competente para a decisão de contratar

Nos termos do n.º 1 do art.º 36.º do CCP, conjugado com o n.º 1 do art.º 18.º Decreto – Lei n.º 197/99, de 8 de junho, a decisão de contratar foi adotada por despacho do Sr. Vereador no uso da competência delegada por Despacho do Sr. Presidente datado de 20/10/2021, conforme previsto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

III – Fundamentação da escolha do procedimento

Em conformidade com os poderes conferidos pelo art.º 38.º do CCP o procedimento adotado pelo Município de Sines é o Ajuste Direto, de acordo com o previsto na alínea a) do n.º 1 do art.º 16.º adotado em função do disposto na alínea d) do n.º 1 do art.º 20 do CCP.

IV – Modo e prazo para apresentação da proposta

1. A proposta e os restantes documentos deverão ser enviados **até às 23h59 do 9.º dia** a contar a contar do dia seguinte ao envio deste convite, unicamente por e-mail para cpublica@mun-sines.pt;

2. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, conforme disposto no n.º 1 do art.º 58.º do CCP;
3. O concorrente deverá assinar eletronicamente a proposta e todos os documentos que lhe associar;
4. A apresentação de proposta em violação do disposto no n.º 6 do artigo 113.º do CCP será motivo de exclusão e motivo de contraordenação muito grave nos termos do disposto na alínea a) do artigo 456.º do CCP.

V – Esclarecimentos, retificações e alteração das peças do procedimento

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças de procedimento devem ser solicitados por escrito, através do e-mail cpública@mun-sines.pt, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação de proposta;
2. No mesmo prazo referido no ponto anterior o interessado deve apresentar, pela mesma via, uma lista na qual identifique, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados, e que digam respeito a:
 - a) Aspetos ou os dados que se revelem desconformes com a realidade; ou
 - b) Espécie ou a quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar; ou ainda
 - c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis,
3. Excetua-se do disposto no ponto anterior os eventuais erros e omissões que o interessado, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas, apenas pudesse detetar na fase de execução do contrato;
4. Até ao segundo terço do prazo fixado para apresentação de proposta, os esclarecimentos serão prestados por escrito, via e-mail, e juntos às peças do procedimento que se encontram patentes para consulta, sendo o interessado notificado desse facto;
5. Até ao segundo terço do prazo fixado para a apresentação de proposta, o órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelo interessado, considerando-se rejeitados todos os que, até final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites;
6. Quando os esclarecimentos e/ou as retificações sejam prestados para além do prazo referido nos pontos 4 e 5, o prazo para apresentação de propostas será prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado;

7. A lista com a identificação dos erros e omissões detetados pelo interessado será junta às peças do procedimento;
8. A prorrogação de prazo prevista no ponto 6 será junta às peças do procedimento, sendo o interessado imediatamente notificado da mesma.

VI – Consulta Preliminar

No âmbito do presente procedimento não foi anteriormente efetuada consulta preliminar.

VII – Documentos da proposta

De acordo com o disposto no art.º 57.º do CCP, a proposta deverá ser constituída pelos seguintes documentos:

- a) Declaração de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, em conformidade com o modelo constante do Anexo I do CCP, na sua atual redação, a qual deve ser assinada de forma eletrónica pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para obrigar e cujo modelo se anexa (Anexo I);
- b) Declaração sob compromisso de honra relativa ao impedimento previsto no n.º 6 do artigo 113.º do CCP, conforme modelo Anexo III ao presente convite;
- c) Documento que contenha os atributos, termos e condições em que o concorrente se propõe contratar (nos termos das alíneas b) e c) do n.º 1 do art.º 57.º do CCP), dos quais se destaca o preço total expresso em algarismos e por extenso, prevalecendo em caso de divergência o extenso, com menção de que ao preço total acresce o IVA, com indicação do respetivo valor e taxa legal aplicável;
- d) Certidão de Registo Comercial ou o código de acesso para a sua consulta on-line, nos termos previstos no n.º 5 do art.º 75.º do Código de Registo Comercial e no art.º 17.º da Portaria n.º 1416-A/2006, de 19.12.;
- e) Caso se aplique, para efeitos do disposto no n.º 4 do art.º 57.º do CCP, procuração que habilite o subscritor da apresentação de proposta;
- f) Código de Registo Central do Beneficiário Efetivo, de acordo com o disposto na Lei n.º 89/2017 e regulado pela Portaria n.º 233/2018, de 21.08;
- g) Quaisquer outros documentos que o concorrente considere indispensáveis ao esclarecimento dos atributos da proposta;
- h) A proposta e os documentos que a acompanham são preferencialmente enviados em formato PDF ou similar.

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 58.º do CCP os documentos da proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

VIII - Propostas Variantes

Não é permitida a apresentação de propostas variantes, nos termos do n.º 2 do artigo 59.º do CCP.

IX - Prazo de manutenção das propostas

Em conformidade com o disposto no art.º 65.º do CCP, a proposta considerar-se-á válida e inalterada em todas as suas condições por um período de 66 (sessenta e seis) dias úteis contados desde a data do termo do prazo fixado para a sua apresentação.

X – Documentos de habilitação

1. O concorrente deverá entregar no prazo de 5 (cinco) dias úteis após notificação de adjudicação, a Declaração Anexo II, prevista na alínea a) do n.º 1 do art.º 81.º do CCP, na sua atual redação, cujo modelo se anexa (Anexo II), bem como os documentos comprovativos de que não se encontra na situação prevista nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do art.º 55.º do CCP, respetivamente:

- Situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
- Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
- Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, da pessoa coletiva e de todos os titulares dos seus órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP, não bastando a apresentação de certidões em número equivalente ao das pessoas com poderes para obrigar a sociedade;

2. Nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 86.º do CCP os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa;

3. No caso de se verificarem irregularidades nos documentos apresentados pelo adjudicatário que possam levar à caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no art.º 86.º do CCP, é concedido um prazo adicional de 5 (cinco) dias para supressão das mesmas.

XI – Caução

Em conformidade com o disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP, não é exigida a prestação de caução.

XII – Outorga do contrato

1. Nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 95.º do CCP está dispensada a redução dos termos da adjudicação a escrito, pelo que o contrato resulta do disposto no n.º 2 da cláusula 2.ª do Caderno de Encargos, considerando-se a data da comunicação do compromisso orçamental como a data da sua entrada em vigor.

2. Para efeitos do disposto no artigo 290.º - A do Código dos Contratos Públicos é designado como gestor do contrato:

Nome: Eduardo Luís Contreiras Pires, na qualidade de chefe da proteção civil;

Telefone Móvel: 919280839.

Telefone Fixo: 269 630 600;

E-mail: epires@mun-sines.pt ;

XIII - Legislação Aplicável

1. Em tudo o omissso no presente convite observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29.01, na sua atual redação.

2. As partes obrigam-se a aplicar as disposições legais em matéria de tratamento de dados pessoais, nomeadamente o Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho e a Lei n.º 58/2019, de 08.08, relativas à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados), em relação a todos os dados pessoais por cujo tratamento sejam responsáveis.

Anexo I – Declaração Anexo I do CCP, na sua redação atual

Anexo II – Declaração Anexo II do CCP, na sua redação atual

Anexo III – Declaração Anexo III

Anexo V - Caderno de Encargos

Anexo I

Modelo de declaração

[A que se refere na alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.ºA, conforme aplicável]

1 – ... (nome, número do documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾ ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 – Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo ⁽³⁾:

a)...

b)...

3 – Declara ainda que renuncia o foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 – Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 – Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 – O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

...(local),... (data),... [assinatura⁽⁴⁾].

(¹) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(²) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(³) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do artigo n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

(⁴) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

Anexo II

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 - ...(nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾...(firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 – O declarante junta em anexo [ou indica... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados ⁽³⁾] os documentos comprovativos de que a sua representada ⁽⁴⁾ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

...(local),... (data),... [assinatura⁽⁵⁾].

⁽¹⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

⁽²⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁽³⁾ Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

⁽⁴⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁽⁵⁾ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

Anexo III

Modelo de declaração

Modelo de declaração entidades especialmente relacionadas entre si

1 – ... (nome, número do documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾ ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa) declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 6 do artigo 113.º do Código dos Contratos Públicos.

2 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos da alínea a) do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos,

...(local),... (data),... [assinatura⁽⁴⁾].

⁽¹⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

⁽²⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».